



## 5.ª Republicação

### Orientação Técnica

**Investimento RE-C08-i05.01 – MAIS Floresta:**

**Nº 5/C08-i05.01/2022**

**Reforma do Sistema de Prevenção e Combate de Incêndios**

**Reforçar as Infraestruturas de Proteção Civil**

Ponto 11 – alteração da data para a elaboração dos projetos de especialidade e projetos de arquitetura e empreitada do GCS da FEPC – até 31 de dezembro de 2024.



25 de Outubro de 2023



Financiado pela  
União Europeia  
NextGenerationEU

## Índice

Definições e Acrónimos .....	3
Introdução.....	4
1- Enquadramento Legal.....	4
2- Beneficiário Final .....	5
3- Área Geográfica .....	6
4- Operações a financiar .....	6
5- Despesas elegíveis e não elegíveis .....	7
6- Condições de atribuição do financiamento.....	8
7- Condições de operacionalização do investimento .....	8
8- Contratualização do apoio com o Beneficiário Final .....	9
9- Metodologia de pagamento do apoio financeiro do Beneficiário Intermediário ao Beneficiário Final .....	9
10- Reduções e revogações .....	11
11- Obrigações do Beneficiário Final .....	11
12- Dotação do investimento .....	13
13- Pontos de contacto para informações e esclarecimentos.....	14

## Definições e Acrónimos

Sigla	Descrição
ANEPC	Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
BI	Beneficiário Intermediário, nos termos do estabelecido no artigo 9.º do <a href="#">Decreto-Lei n.º 29-B/2021</a>
BF	Beneficiário Final, nos termos do estabelecido no artigo 9.º do <a href="#">Decreto-Lei n.º 29-B/2021</a>
CDOS	Comandos Distritais de Operações e Socorro
CIM	Comunidade Intermunicipal
CREPC	Comandos Regionais de Emergência e Proteção Civil
EMRP ou Recuperar Portugal	Estrutura de Missão Recuperar Portugal, criada pela <a href="#">Resolução do Conselho de Ministros n.º 46-B/2021</a>
FEPC	Força Especial de Proteção Civil
GCS	Grupo de Comando e Serviços
OT	Orientação Técnica, estabelecida pela SGMAI tendo em vista assegurar a execução mais eficaz e eficiente dos Investimentos - artigo 6.º do <a href="#">Decreto-Lei n.º 29-B/2021</a>
PPR	Plano de Recuperação e Resiliência
SGMAI	Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna
SI	Sistema de Informação
UE	União Europeia

## Introdução

A presente Orientação Técnica (OT) insere-se no âmbito da Reforma do sistema de prevenção e combate de incêndios cuja concretização se pretende implementada através do Investimento RE-C08-i05 – “MAIS Floresta”, mais precisamente na medida i05.01 “Reforçar as infraestruturas de proteção civil” e a submedida “2 Comandos Regionais de Emergência e Proteção Civil (CRPEC), 4 Comandos Sub-regionais de Emergência e Proteção Civil (CSREPC) e o Grupo de Comando e Serviços (GCS) da FEPC”, enquadrado na Componente 08 do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), negociado entre o Estado Português e a Comissão Europeia e aprovado em 16 de junho 2021.

Neste contexto, e considerando que:

- Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 5 do artigo 9.º do [Decreto-Lei n.º 29-B/2021](#), de 4 de maio, a Secretaria-Geral da Administração Interna (SGMAI) constitui-se como «*Beneficiário Intermediário*», porquanto é a entidade pública globalmente responsável pela implementação física e financeira de diversas reformas e de investimentos inscritos na Componente 08 do PRR;
- Foi assinado o contrato de financiamento entre a SGMAI e a Estrutura de Missão Recuperar Portugal (EMRP) no dia 21 de janeiro de 2022, no qual se prevê a concessão de um apoio financeiro destinado a financiar a realização do Investimento RE-C08-i05.01 designado por “MAIS Floresta: Reforma do sistema de prevenção e combate de incêndios”;
- A SGMAI procede à publicação da presente OT, nos termos do disposto no n.º 3 da cláusula 2.º do contrato de financiamento assinado entre a EMRP e a SGMAI, a fim de dar integral cumprimento ao princípio da transparência e prestação de contas, que determina a aplicação à gestão dos fundos europeus das boas práticas de informação pública dos apoios a conceder e concedidos e de avaliação dos resultados obtidos.

Assim, determina-se o seguinte:

## 1- Enquadramento Legal

A crise de ordem económica e social causada pela pandemia da doença COVID-19 levou à adoção de um conjunto de medidas excecionais por parte da União Europeia e dos seus Estados-



Membros. Com vista a estabelecer uma resposta célere às principais necessidades relacionadas com a recuperação dos países da União Europeia, o Conselho Europeu definiu um expressivo pacote financeiro destinado a apoiar os Estados-Membros na superação dos efeitos socioeconómicos da pandemia e na instituição de políticas eficazes de recuperação e promoção da resiliência das economias nacionais numa lógica de sustentabilidade.

No âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), aprovado nos termos do [Regulamento \(UE\) 2021/241](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de fevereiro, Portugal definiu um conjunto de investimentos e reformas que contribuem para as seguintes dimensões: resiliência, transição climática e transição digital. Neste contexto, surge a Componente C08 – Florestas, enquadrada na dimensão resiliência.

Da referida Componente faz parte o investimento RE-C08-i05 – Programa MAIS Floresta, com dois eixos de intervenção, um dos quais dirigido ao “Sistema de prevenção e combate de incêndios, no qual se integra a medida “Reforçar as infraestruturas de proteção civil”. Esta visa investir na **adaptação de 2 Comandos Regionais** de Emergência e Proteção Civil (Comando Regional do Centro e o Comando Regional do Alentejo), cujas condições de instalação e funcionamento se encontram definidas no Despacho n.º 11198/2020, de 13 de novembro, e de **4 Comandos Sub-regionais** (Comando Sub-Regional do Alto Tâmega, Comando Sub-Regional do Oeste, Comando Sub-Regional do Tâmega e Sousa e Comando Sub-Regional Médio Tejo, nos termos do [Despacho n.º 3212-A/2022](#), de 15 de março, que determina a localização dos comandos sub-regionais de emergência e proteção civil). Assim, nesta submedida integram-se os seguintes projetos:

- a) Adaptação de 2 Comandos Regionais de Emergência e Proteção Civil - Aquisição de equipamento tecnológico e mobiliário técnico;
- b) Adaptação de 4 Comandos Sub-Regionais de Emergência e Proteção Civil - Elaboração dos projetos de especialidade e projetos de arquitetura; Empreitada;
- c) Implementação de um Grupo de Comando e Serviços, em Almeirim.

## 2- Beneficiário Final

Constitui-se beneficiário Final, a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), à qual competirá enquanto serviço central da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio, operacionalizar todos os procedimentos que permitam concretizar a medida “Reforçar as infraestruturas de proteção



civil”, que integra o “Programa MAIS Floresta: Reforma do sistema de prevenção e combate de incêndios”.

### 3- Área Geográfica

O presente investimento e respetivo apoio tem aplicação em Portugal Continental, designadamente, em:

- Viseu (Comando Regional do Centro);
- Évora (Comando Regional do Alentejo);
- Chaves (Comando Sub-Regional do Alto Tâmega);
- Caldas da Rainha (Comando Sub-Regional do Oeste);
- Baião (Comando Sub-Regional do Tâmega e Sousa);
- Vila Nova da Barquinha (Comando Sub-Regional Médio Tejo);
- Almeirim (Grupo de Comando e Serviços).

### 4- Operações a financiar

O Investimento RE-C08-i05.01 – “MAIS Floresta: Reforma do sistema de prevenção e combate de incêndios”, no que diz respeito à medida “Reforçar as infraestruturas de proteção civil”, tem como objetivo implementar a nova estrutura de proteção civil prevista na Lei Orgânica da ANEPC, aprovada pelo [Decreto-Lei n.º 45/2019](#), de 1 de abril, que se divide em Comandos Regionais, Comandos Sub-regionais de Emergência e Proteção Civil e a Força Especial de Proteção Civil (FEPC). Para tal, serão instalados 5 Comandos Regionais de Emergência e Proteção Civil, cuja circunscrição territorial corresponde às NUTS II do continente, que ficarão sediados nas atuais instalações dos Comandos Distritais de Operações e Socorro (CDOS), dos quais 2 exigem melhorias a nível de infraestrutura, designadamente Viseu e Évora.

No que concerne aos 23 Comandos Sub-regionais de Emergência e Proteção Civil, cuja circunscrição territorial corresponde ao território das entidades intermunicipais do continente, 4 serão instalados em novas infraestruturas nas Comunidades Intermunicipais do Alto Tâmega, Oeste, Tâmega e Sousa e Médio Tejo. Por fim, o Comando Nacional da FEPC passa a dispor de instalações próprias, tendo necessidade de ser implementada um Grupo de Comando e Serviços, em Almeirim, de forma a



**PRR**  
Plano de Recuperação  
e Resiliência



**REPÚBLICA  
PORTUGUESA**



Financiado pela  
União Europeia  
NextGenerationEU

garantir o funcionamento e o apoio técnico às instalações, veículos e equipamentos da FEPC.

Assim, esta medida integra os seguintes projetos:

**Reforçar as infraestruturas de proteção civil:**

- i) Adaptação de imóveis (CREPC de Évora e Viseu) - Aquisição de equipamento tecnológico e mobiliário técnico.
- ii) Adaptação de quatro edifícios existentes para a instalação de quatro novas estruturas de proteção civil de nível sub-regional (CIM Alto Tâmega, Oeste, Tâmega e Sousa e Médio Tejo) - Elaboração dos projetos de especialidade e projetos de arquitetura e empreitada;
- iii) Implementação do GCS da FEPC - Elaboração dos projetos de especialidade e projetos de arquitetura e empreitada.

## 5- Despesas elegíveis e não elegíveis

Dando cumprimento ao disposto no artigo 17.º do [Regulamento \(UE\) 2021/241](#) do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de fevereiro, são elegíveis despesas associadas aos procedimentos de contratação pública iniciados após 1 de fevereiro de 2020.

São elegíveis todas as despesas que se destinem exclusivamente à concretização dos projetos e que se rejam pelos princípios da boa administração, da boa gestão financeira e da otimização dos recursos disponíveis.

Só podem ser consideradas elegíveis as despesas efetivamente pagas pelo Beneficiário Final e validadas pela SGMAI na qualidade de Beneficiário Intermediário.

Constituem despesas elegíveis a aquisição de equipamento tecnológico e mobiliário técnico, a aquisição dos projetos de especialidade e de arquitetura e, despesas com obras a realizar nas estruturas da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) referenciadas no ponto 4, numa dotação máxima de 1 871 794 €, conforme discriminado no ponto 12.

Por outro lado, constituem despesas não elegíveis:

1. As despesas associadas a procedimentos de contratação pública anteriores a 1 de fevereiro 2020;
2. Despesas com recursos humanos da entidade beneficiária;

3. Aquisição de bens em estado de uso;
4. Multas, penalidades e custos de litigação;
5. Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), recuperável ou não pelo Beneficiário Final (artigo 16.º do [Decreto-Lei n.º 53-B/2021](#), de 23 de junho);
6. Juros e encargos financeiros;
7. Fundo de maneiio;
8. Despesas previstas no PRR que tenham sido objeto de financiamento por outros fundos comunitários;
9. Custos normais de funcionamento do beneficiário, não previstos no Investimento contratualizado, bem como custos de manutenção e substituição, e custos relacionados com atividades de tipo periódico ou contínuo;
10. Pagamentos em numerário, exceto nas situações em que se revele ser este o meio de pagamento mais frequente, em função da natureza das despesas, e desde que num quantitativo unitário inferior a 250 euros;
11. Despesas pagas no âmbito de contratos efetuados através de intermediários ou consultores, em que o montante a pagar é expresso em percentagem do montante financiado pelo PRR ou das despesas elegíveis da operação.

## 6- Condições de atribuição do financiamento

A taxa de financiamento do Investimento é 100% do valor global elegível, até ao limite máximo indicado no ponto 12. Considera-se valor global elegível a soma dos valores das despesas consideradas elegíveis, excluindo o IVA aplicável, sem prejuízo do disposto no artigo 16.º do [Decreto-Lei n.º 53-B/2021](#), de 23 de junho.

Os apoios a conceder revestem a forma de subvenção não reembolsável.

## 7- Condições de operacionalização do investimento

O investimento abrangido pela presente OT, que se destina ao reforço das infraestruturas de proteção civil, está sujeito ao normal procedimento concorrencial que caracteriza a generalidade das restantes reformas e investimentos do PRR português.



A formalização do apoio realiza-se através da assinatura de contrato de financiamento entre a SGMAI e a ANEPC onde se encontram acauteladas todas as obrigações e responsabilidades das partes conducentes ao cumprimento dos objetivos do investimento.

## **8- Contratualização do apoio com o Beneficiário Final**

Na sequência da publicação da presente OT, é celebrado um contrato de financiamento de concessão do apoio financeiro entre o Beneficiário Intermediário, SGMAI, e o Beneficiário Final, ANEPC.

## **9- Metodologia de pagamento do apoio financeiro do Beneficiário**

### **Intermediário ao Beneficiário Final**

Os pagamentos aos Beneficiários Finais são efetuados pela SGMAI, com base em pedidos de pagamento apresentados, através do preenchimento de formulário eletrónico disponibilizado para o efeito. Estes pedidos de pagamento serão validados pela SGMAI após verificação da sua conformidade face aos objetivos mencionados no ponto 1 e às despesas elegíveis mencionadas no ponto 5.

Os pagamentos são processados nas seguintes modalidades:

- 1) A título de adiantamento até ao limite de 13% do valor do apoio previsto no contrato de financiamento;
  - 1.1) Em situações de natureza excecional, justificadas pelo cumprimento das condições de fornecimento dos bens e serviços contratados ou de outras condições específicas de execução dos Investimentos, o limite máximo referido na alínea anterior pode ser ultrapassado, mediante proposta devidamente fundamentada apresentada pelo Beneficiário Final à SGMAI e aprovada pelo Secretário-Geral;
- 2) A título de reembolso, contra a apresentação de fatura;
- 3) A título de saldo final.

O Beneficiário Final deverá solicitar, após a celebração do contrato de financiamento com a SGMAI, um primeiro pagamento a título de adiantamento. O montante do pagamento a título de adiantamento corresponde até 13% do valor do apoio previsto no contrato supramencionado, sem prejuízo do referido na alínea 1.1. do presente ponto.

Os pagamentos a título de reembolso devem processar-se da seguinte forma:

- a) No prazo de 30 dias úteis, a contar da data de receção do pedido de reembolso, a SGMAI, analisa o pedido de pagamento, delibera e emite a correspondente ordem de pagamento ou comunica os motivos da recusa, salvo quando a SGMAI solicite esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de reembolso em análise, caso em que se suspende aquele prazo;
- b) Se, por motivos não imputáveis ao Beneficiário Final, seja impossível proceder à emissão do pedido de reembolso no prazo fixado na alínea anterior, a SGMAI emite um pagamento a título de adiantamento;
- c) O pagamento efetuado a título de adiantamento, nos termos da alínea anterior, é convertido em pagamento a título de reembolso, através da validação do correspondente pedido de pagamento em prazo não superior a 60 dias úteis.

Os pagamentos são efetuados até ao limite de 95% do montante da decisão de financiamento, ficando o pagamento do remanescente (5%) condicionado à apresentação por parte do Beneficiário Final, do pedido de pagamento de saldo final e relatório final, confirmando a execução da operação nos termos da presente OT.

A identificação do pedido como final, e da respetiva modalidade, é da responsabilidade do Beneficiário Final, por preenchimento de um campo específico constante do formulário do pedido de pagamento.

Todos os pedidos de pagamento são objeto de verificações administrativas efetuadas pela SGMAI envolvendo tanto a verificação de aspetos formais como a verificação de documentos de suporte à despesa apresentada.

De forma complementar às verificações administrativas serão realizadas pela SGMAI verificações no local com base na avaliação de risco e proporcionais face aos riscos identificados, estruturadas da seguinte forma:

- Definição de uma amostra representativa do universo de operações;
- Verificações no local no encerramento de operações com investimentos maioritariamente de natureza corpórea;
- Elaboração do relatório técnico de visita;

- Comunicação dos resultados/conclusões do Relatório ao Beneficiário Final, estabelecendo, sempre que existam, recomendações e um prazo para regularização das anomalias detetadas;
- Demonstração pelo Beneficiário Final do cumprimento das recomendações e das medidas adotadas para a correção das anomalias detetadas.

## 10- Reduções e revogações

O pagamento pode ser suspenso até à regularização ou à tomada de decisão decorrente da análise da situação subjacente, com os seguintes fundamentos:

- a) Superveniência ou falta de comprovação de situação regularizada perante a administração fiscal e a segurança social, bem como de restituições no âmbito dos financiamentos;
- b) Existência de deficiências no processo comprovativo da execução do investimento, designadamente de natureza contabilística ou técnica;
- c) Não envio, no prazo determinado, de elementos solicitados, salvo se for aceite a justificação que venha, eventualmente, a ser apresentada pelo Beneficiário Final;
- d) Mudança de conta bancária do Beneficiário Final, sem comunicação prévia ao Beneficiário Intermediário;
- e) Superveniência das situações decorrentes de averiguações promovidas por autoridades administrativas sustentadas em factos cuja gravidade indicie ilicitude criminal, envolvendo a utilização indevida dos apoios concedidos.

## 11- Obrigações do Beneficiário Final

Na execução da submedida prevista na presente OT devem ser respeitados, em especial, os princípios da legalidade, da prossecução do interesse público, da imparcialidade, da proporcionalidade, da boa-fé, da tutela da confiança, da sustentabilidade e da responsabilidade, bem como os princípios da concorrência, da publicidade e da transparência, da igualdade de tratamento e da não discriminação, sem prejuízo do que será acautelado pela entidade no contrato de financiamento entre a SGMAI e o Beneficiário Final.

As regras de contratação pública deverão ser integralmente cumpridas na aquisição de bens ou prestação de serviços junto de entidades terceiras.

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 34.º do [Regulamento \(UE\) 2021/241](#) do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de fevereiro, que criou o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, bem como [Orientação Técnica n.º 5/2021](#), de 24 de agosto, emitida pela EMRP, designada por “Guia de Informação e Comunicação para os Beneficiários do PRR”, o Beneficiário Final deve dar cumprimento aos requisitos de informação, comunicação e publicidade relativamente à origem do financiamento.

Devem ainda ser observadas as seguintes obrigações pelo Beneficiário Final:

- a) Executar as operações nos termos e condições definidos nesta OT até à data limite abaixo indicada:
  - i) Adaptação de imóveis (CREPC de Évora e Viseu) - Aquisição de equipamento tecnológico e mobiliário técnico – 30 de junho de 2022;
  - ii) Criação de 4 estruturas de nível sub-regional (CIM do Alto Tâmega, Oeste, Tâmega e Sousa e Médio Tejo) - Elaboração dos projetos de especialidade e projetos de arquitetura e empreitada – 30 de junho de 2022;
  - iii) Implementação do GCS da FEPC - Elaboração dos projetos de especialidade e projetos de arquitetura e empreitada – até 31 de dezembro de 2024.
- b) Prosseguir os objetivos e prioridades enunciadas no ponto 1, bem como as metas quantitativas enunciadas no ponto 12;
- c) Permitir o acesso aos locais de realização das operações e àqueles onde se encontrem os elementos e documentos necessários ao acompanhamento e controlo do projeto aprovado;
- d) Conservar os documentos relativos à realização da operação, sob a forma de documentos originais ou de cópias autenticadas, em suporte digital, quando legalmente admissível, ou em papel, durante o prazo de três anos, a contar da data do encerramento;
- e) Manter as condições legais necessárias ao exercício da atividade;
- f) Manter a sua situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social, a qual é aferida até ao momento de assinatura

do termo de aceitação ou de outorga do contrato, bem como na altura do pagamento dos apoios;

- g) Ter um sistema de contabilidade organizada ou simplificada, de acordo com o legalmente exigido;
- h) Dispor de um processo relativo à operação, preferencialmente em suporte digital, com toda a documentação relacionada com a mesma devidamente organizada, incluindo o suporte de um sistema de contabilidade para todas as transações referentes à operação;
- i) Respeitar as despesas elegíveis previstas no ponto 5;
- j) Repor os montantes indevidamente recebidos e cumprir as sanções administrativas aplicadas;
- k) Assegurar o fornecimento de elementos necessários às atividades de monitorização e de avaliação das operações e participar em processos de inquirição relacionados com as mesmas;
- l) Denunciar ações que já tenham obtido financiamento por outro qualquer tipo de apoio, devendo ser garantida inexistência de sobreposição de financiamentos comunitários e assegurada a devida pista de auditoria que permita identificar a necessária segregação das ações apoiadas por outros financiamentos;
- m) Cumprir os normativos em matéria de contratação pública;
- n) Comunicar as alterações ou ocorrências relevantes que ponham em causa os pressupostos relativos à realização do projeto;
- o) Disponibilizar, nos prazos estabelecidos, os elementos que lhe forem solicitados pelas entidades com competências para o acompanhamento, avaliação de resultados, controlo e auditoria.

## 12- Dotação do investimento

A dotação do PRR alocada à medida a que respeita a presente OT é de 1.871.794,00 € distribuída

do seguinte modo:

- a) Adaptação de imóveis (CREPC de Évora e Viseu), no valor máximo de 261 553,00€;
- b) Adaptação de quatro edifícios existentes para a instalação de quatro novas estruturas de proteção civil de nível sub-regional (CIM do Alto Tâmega, Oeste, Tâmega e Sousa e Médio Tejo), no valor máximo de 1 110 241,00€, em que:



- i) 1 110 241,00€ destinam-se à empreitada (sendo os projetos de arquitetura e especialidades elaborados através de recursos internos da ANEPC).
- c) Implementação do GCS da FEPC, no valor máximo de 500 000,00€, em que:
  - i) 30 000.00€ destinam-se à elaboração dos projetos de especialidade e projetos de arquitetura;
  - ii) 470 000,00€ destinam-se à empreitada.

### **13- Pontos de contacto para informações e esclarecimentos**

A presente OT encontra-se disponível nos seguintes sites:

No site da Recuperar Portugal: <https://recuperarportugal.gov.pt/candidaturas-prr/>

e no Portal da SGMAI: <https://www.sg.mai.gov.pt/FundosComunitarios/PRR>

A obtenção de informações e o esclarecimento de dúvidas sobre a presente OT são realizados, em exclusivo, pelo contacto com a SGMAI através do e-mail

[gestão.fundos.comunitarios@sg.mai.gov.pt](mailto:gestão.fundos.comunitarios@sg.mai.gov.pt) ou contacto telefónico 213 409 000.

Marcelo Mendonça de Carvalho, Secretário-Geral da Administração Interna